

## **Avaliação da Educação Superior Brasileira: diálogos mediados pelo *white paper***

CERUTTI, Elizabete; CUNHA, Ana Rosimere Araujo da; DALPIAZ, Joseane do Canto; FELICETTI, Vera Lucia; FERRAZ, Jéssica Boaventura dos Santos; QUADROS, Alexandre de; SCHMITT, Rafael Eduardo; SIMON, Marinice Souza; SILVA, Inês Amaro da; SILVA, Marcelo Oliveira da; TONIDANDEL, Iara Terezinha Coelho; MOROSINI, Marília Costa.<sup>1</sup>

RESUMO - O presente artigo expressa o resultado do trabalho realizado por um grupo de mestrandos e doutorandos de um Programa de Pós-Graduação em Educação, no ano de 2010. Para sua elaboração utilizou-se a técnica do *white paper* que reuniu ideias oriundas das leituras individuais de artigos publicados em revistas científicas qualificadas sobre o tema avaliação da Educação Superior brasileira. Três categorias emergiram destas leituras: 1- Avaliação na Educação Superior: Enfoques Teóricos; 2- Avaliação na Educação Superior: Objetos de Pesquisa e 3- Avaliação na Educação Superior: Metodologias. Com este estudo constatou-se a importância das políticas avaliativas no contexto de sua aplicação, de modo que a melhoria da qualidade da educação ocorra mediante a participação de todos os segmentos acadêmicos e órgãos estatais, tanto na formulação, quanto na execução dos processos avaliativos. Denota-se que a dinâmica do *white paper*, como metodologia utilizada, proporcionou uma construção coletiva funcionando como um mecanismo crítico de exploração e desenvolvimento de um conjunto de ideias ou competências chaves, discutidas nesta construção textual.

Palavras-chave: Educação Superior; Avaliação; Qualidade; *white paper*.

## **Higher Education Brazilian Evaluation: dialogue mediated by white paper**

ABSTRACT - This paper represents the outcome of work performed by masters and doctoral students in a Graduate Program in Education in 2010. The white paper technique was used for its construction, which congregated ideas derived from readings of individual papers published in qualified scientific journals on the subject

---

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Educação – PUCRS.

of evaluation of the Brazilian Higher Education system. Three categories emerged from these readings: 1 - Evaluation in Higher Education: Theoretical approaches, 2 - Evaluation in Higher Education: Research and Object 3 - Evaluation in Higher Education: Methodologies. With this study, the importance of evaluation policies in the context of your application, so that improving the quality of education occurs through the participation of all academic segments and state agencies, both in the formulation, implementation and evaluation processes was shown. The white paper dynamics methodology was used, it provided a collective construction, functioning as a critical mechanism of exploration and development of a key ideas or competencies set, discussed in this textual construction.

Keywords: Higher Education. Evaluation. Quality. White paper methodology.

## 1 Introdução

A avaliação da Educação Superior brasileira, além de ser tema nas diversas reformas educacionais, é também objeto de intensos estudos, debates e trabalhos científicos, entre outros olhares que se voltam à problemática avaliativa no país. Essa pluralidade de abordagens dada ao tema da avaliação na Educação Superior vem ao encontro da qualidade da Educação nesse mesmo nível de ensino.

Da relação existente entre qualidade e avaliação da Educação Superior emergiu este artigo elaborado coletivamente a partir de leituras de produções científicas e de documentos legais ligados ao tema. O estudo orbitou por diferentes olhares sobre a avaliação, os quais embasaram esta construção textual norteadas pela técnica *white paper*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução livre: papel branco

Na apresentação do tema proposto considerou-se importante analisar a mudança no Sistema Econômico do Estado, em nível nacional, tão impactante no Sistema Educacional, em especial, a Educação Superior, passando este a adotar, em seu modelo, premissas e diretrizes de uma Gestão Empresarial.

Nesta realidade, observam-se movimentos que situam a Educação Superior como um serviço de mercado, redefinindo, assim, o papel do Estado. Com isto, as políticas e regulamentações educacionais adotam novas formas encaminhando, tanto as escolas, quanto os professores e alunos, às novas diretrizes estabelecidas.

O novo modelo de gestão do Sistema Educacional caracteriza o Estado como o agente regulador e avaliador em uma atuação gerencialista e descentralizada. A regulação é entendida como um processo de

produção de regras e de orientação das condutas dos atores, representada por um conjunto de mecanismos que permitirá o controle para manter o equilíbrio ou orientar as ações dos sujeitos.

No Brasil, mais especificamente na Educação Superior, observa-se que a avaliação assume os mais variados formatos ao longo da história. Percebe-se que, em diferentes períodos, evidenciam-se condutas avaliativas distintas incluindo desde processos mais burocráticos e padronizados, até os mais amplos e democráticos. Estes últimos envolvendo os estudantes e toda a comunidade acadêmica na verificação do aproveitamento e das condições de aprendizagem evidenciadas no meio avaliado. Já os primeiros, sem a participação da sociedade, mediante ações fiscalizadoras, averiguavam a instituição em todos os seus aspectos.

Após várias etapas de estudo, em que foram cotejadas as opiniões, as análises e as críticas de diferentes autores, foram discutidos os diversos pontos de vista encontrados. Isto fez surgir a necessidade de uma ampliação das fontes de consulta com o intuito de buscar um maior e melhor entendimento do assunto.

Assim, as leituras e as discussões realizadas oportunizaram o surgimento de três categorias: 1- Avaliação na Educação Superior: Enfoques Teóricos; 2- Avaliação

na Educação Superior: Objetos de Pesquisa e 3- Avaliação na Educação Superior: Metodologias

Vale ressaltar que a reunião de vários pontos de vista, de diversos olhares e até mesmo de algumas crenças presentes no cotidiano de cada um, concorreram, ao mesmo tempo, para a riqueza do trabalho e para a dificuldade de congregar ideias e arranjar uma apresentação coesa, compreensível, abrangente e conectada, que pudesse oferecer informações e opiniões úteis à comunidade acadêmica e interessados pelo tema.

A aventura de inovar, mediante a técnica do *white paper*, demandou, no grupo, a coragem para percorrer passos até então desconhecidos, em que lidar com o tema, experimentando uma nova forma de trabalhar coletivamente, exigiu duplo esforço a fim de tornar a vivência enriquecedora.

Dentro dessa perspectiva, o artigo apresenta a metodologia usada, as categorias emergidas e as considerações finais, as quais contemplam um parecer crítico acerca das leituras, construído a partir das percepções dos diferentes alunos da disciplina sobre do produto e do processo de construção coletiva, bem como reúne os resultados encontrados, apontando desafios e possibilidades para futuros trabalhos.

## 2 Metodologia do artigo

Este artigo é fruto de um desafio proposto por uma professora do Programa de Pós-Graduação de uma instituição privada de Educação Superior do Rio Grande do Sul, em sua disciplina. A proposta foi de se construir um artigo em conjunto, o qual teria como autores os onze alunos da disciplina. Essa construção em equipe desenvolveu-se a partir da técnica do *white paper*, e foi estruturando-se durante as aulas da disciplina, a qual compreendeu 3 horas aula semanais, perfazendo um total de 45 horas semestrais.

*White paper* é uma derivação do termo *white book*<sup>3</sup>, com suas raízes definidas na política governamental, tornando-se uma ferramenta comum para introduzir produtos e inovação tecnológica (WILLERTON, 2005). Para Graham e Gordon (2003), *white paper* constitui-se fato orientado que contém informações úteis, opiniões de especialistas e uma lógica estabelecida oriundas do pesquisar, selecionar, entender, simplificar e explicar o objeto em foco.

Stelzner (2007) define *white paper* como sendo um híbrido de artigos e material descritivo/publicitário, trazendo o objetivo e a abordagem educacional de um artigo e tecendo persuasivas mensagens

corporativas. Constitui-se, então, de acordo com esse autor, em um documento persuasivo que geralmente descreve problemas e possibilidades de resolução dos mesmos. Além disso, “pode também introduzir um novo conceito ou descrever como realizar tarefas técnicas.” (STELZNER, 2007, p. 3).

No campo educacional, em particular neste estudo, o *white paper* proporcionou uma construção coletiva, desencadeada por diferentes ideias, opiniões de especialistas sobre um tema em foco e a reunião de informações que corroboraram para a construção deste texto, evidenciando a possibilidade de construção conjunta, partindo de temas distintos, embora pertencentes a uma temática central: avaliação na Educação Superior Brasileira.

A orientação inicial remeteu os alunos à leitura de artigos científicos, com foco no tema central, já mencionado. As revistas sugeridas foram *Estudos em Avaliação Educacional* e *Avaliação*, publicadas em 2009 e 2010. Esta escolha deu-se devido à classificação qualis B1 e A2 atribuída, respectivamente, a tais periódicos, o que garantiu e estimulou um estudo de melhor qualidade.

A construção se desenvolveu em quatro etapas: 1) Leituras individuais dos textos selecionados pelos alunos e leituras flutuantes com foco no tema em questão; 2)

---

<sup>3</sup> Tradução livre: livro branco

Apresentação da síntese e crítica do texto lido ao grupo; 3) Definição das categorias que emergiram das leituras e análises realizadas e 4) Construção coletiva de um artigo.

As leituras individuais giraram em torno de artigos escolhidos pelos alunos, sem um critério específico, ou seja, sem abordar uma linha particular dentro da temática central. Cada aluno optou por artigos que se aproximavam do seu objeto de estudo ou interesse, porém inseridos no contexto avaliativo da Educação Superior. Durante as leituras, os alunos foram apontando os objetivos, as ideias principais e resultados apresentados nos textos, bem como uma análise crítica aos mesmos.

Paralelo às leituras individuais, foram realizadas leituras flutuantes em produções científicas relacionadas ao tema e estudos que incluíram documentos legais, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de melhor entender os processos avaliativos desenvolvidos nesse nível de ensino. Essas leituras foram discutidas no grande grupo, permitindo esclarecimentos e um entendimento mais abrangente acerca do assunto em estudo.

Após a primeira etapa, cada aluno apresentou ao grande grupo a análise realizada em seu artigo, observando os mesmos critérios, a saber: delineamento dos

objetivos; ideias principais; resultados apresentados em cada texto e a visão crítica do estudante acerca do material lido.

A partir das apresentações, foram constituídas categorias que emergiram das análises realizadas. Essa classificação foi permeada de idas e vindas nas falas dos participantes devido a diversidade das ênfases sobre o tema central que compunham os artigos escolhidos, bem como da visão e/ou linguagem de cada aluno, atrelada a sua formação inicial. Esta formação inicial (5 alunos da Pedagogia; 1 da Biologia; 1 da Enfermagem; 1 da Educação Física; 1 do Serviço Social; 1 do Direito; e 1 da Matemática) desencadeou um trabalho de caráter interdisciplinar, enriquecendo a construção textual. Houve, ainda, a necessidade de releituras nos artigos de modo a encontrar a ideia articuladora à cada categoria. Por fim, as categorias foram estabelecidas, totalizando três: 1- *Avaliação na Educação Superior: enfoques teóricos*; 2- *Avaliação na Educação Superior: Objetos de Pesquisa* e 3- *Avaliação na Educação Superior: Metodologias*.

A última etapa correspondeu a construção coletiva do artigo aqui apresentado e compreendeu 5 encontros/aulas, em que, com o auxílio do *data show*, elaborou-se o desenho final da comunicação desejada. O momento de conclusão foi permeado por discussões

acerca do que seria melhor em termos de escrita definitiva e oportunizou o desenvolvimento de inúmeras habilidades, entre estas, a capacidade de síntese, a possibilidade de priorizar ideias, respeitando a proposta de cada um e a clareza e transparência na comunicação pretendida.

Observa-se aqui a relevância da participação de cada aluno na escrita do texto, isto é, a necessidade da colaboração não apenas sugerindo mudanças ou fazendo leituras de cunho gramático/ortográfico, mas sim de escrever o texto, de colaborar na construção, de modo a contemplar o texto com diferentes olhares e, principalmente, lincar esses diferentes olhares num todo concatenado na ideia cerne em questão. Eis um importante desafio de produzir coletivamente: mobilizar e acolher as contribuições de cada um no processo, superar a tendência a centralização, que acaba por delegar atribuições e responsabilidades diferentes a cada um, ainda que não sejam explícitas ou planejadas, e não padronizar as formas de colaboração, tendo em vista estabelecer uma lógica oriunda do pesquisar, selecionar, compreender, simplificar e explicar o objeto em foco. (GRAHAM; GORDON, 2003).

Estudar as produções selecionadas e encontrar um ponto central para o qual

todos convergiam não foi tarefa fácil devido a complexidade das ideias apresentadas e das dinâmicas pessoais de estudo de cada aluno. Pode-se dizer que a proposta foi desafiadora, tendo em vista que os artigos reuniam diferentes considerações acerca de um leque de assuntos que orbitavam direta ou indiretamente em torno da avaliação. Isso demonstra que uma construção coletiva pode ser vista como um mecanismo crítico para explorar o desenvolvimento de uma gama de ideias ou competências chaves, e que a dinâmica do *white paper* no coletivo foi de grande valia nessa construção textual.

### **3 Avaliação da Educação Superior Brasileira: Enfoques Teóricos**

A organização da presente categoria baseou-se em diferentes olhares sobre a avaliação da Educação Superior brasileira, expressos em cinco artigos analisados. A referida análise potencializou o entendimento da relação entre o contexto universitário e as principais políticas avaliativas da Educação Superior brasileira ao longo da história. Ao aprofundar esta análise, buscou-se também o entendimento do poder de influência emanado das esferas superiores que, mesmo distantes do campo de ação, desenham e definem as políticas que melhor expressam suas intenções.

O cenário avaliativo é composto por jogos de poder e determinações sócio-

históricas que, na maioria das vezes, visam concretizar ideologias da classe dominante. Segundo Gama, a avaliação instituída como sistema, “deve ir se impondo por meio do jogo das regulações e das autorregulações de modo constringente em favor dos interesses subjacentes às políticas de governo e de Estado a serviço do processo sociometabólico do capital.” (2010, p. 42).

No cenário brasileiro, Martins (2008, p. 02-03), em seu artigo *Impactos da política de avaliação na educação superior brasileira: um foco na questão da qualidade*, afirma que

[...] a avaliação, no período de 1968 a 1994, assume um papel fundamental na busca de melhoria da qualidade dos cursos do ensino superior, na medida em que passa a ser instrumento capaz de conter a expansão de cursos, por meio da supervisão e do monitoramento.

Assim, observa-se desde a década de 1960 a preocupação com a qualidade do Ensino Superior, buscando monitorar o surgimento de novos cursos com o intuito de controlar a expansão, a partir de critérios de qualidade bem definidos.

Por sua vez, Dias Sobrinho (2010), em *Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES*, enfatiza a ligação entre as principais políticas de avaliação do sistema e as transformações ocorridas no mesmo, a partir de 1995. Ao resgatar a história da avaliação da Educação Superior, o autor,

ainda, nos fornece um panorama de sua trajetória, enfatizando que as iniciativas do processo avaliativo estão, na maioria das vezes, atreladas às reformas educacionais, interagindo na busca de melhores resultados.

Para melhor explicar, transcreve-se a seguinte consideração:

A avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. Enfim, tem a ver com as transformações desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade, em geral, do presente e do futuro. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

No cenário da América Latina, conforme apontado por Rothen e Barreyro (2007) em seu artigo *Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da Educação Superior*, o Brasil está desenvolvendo a avaliação da Educação Superior com características do que Rama (2006 apud KROTCH, 2003) chama de segunda e terceira reformas. Isso significa que há uma forte expansão interna da Educação Superior, via iniciativa privada, seguindo-se a tendência internacional de controle da qualidade do sistema, apesar

de, até o momento, não haver tanta influência direta da internacionalização.

Outro aspecto considerado nas leituras realizadas foi o fenômeno popularmente denominado de boicote aos exames que compõem o sistema de avaliação do Ensino Superior no Brasil, especificamente ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Leitão e outros (2010), no artigo *Análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação do Ensino Superior*, evidenciam a ocorrência do boicote nas instituições públicas e privadas ao longo do tempo e, investigando o último triênio de avaliação do ENADE, identificam variáveis e traçam um perfil do aluno que boicota.

Embora o boicote, de uma forma geral, não se mostre significativo, Leitão e colegas (2010) observam que, quando analisado por curso, sua incidência apresenta diferenças expressivas. Isso é constatado a partir de algumas variáveis que influenciam a probabilidade de sua ocorrência, com maior ou menor peso. São elas: insatisfação do aluno com o curso e/ou a instituição; o curso que o aluno frequenta; a categoria administrativa da instituição (pública ou privada), a renda familiar e a categoria administrativa da escola em que o estudante cursou o Ensino Médio.

Reflexões sobre o ENADE são apontadas também por Burlamarqui (2008),

no texto *Avaliação e Qualidade na Educação Superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileira*. O autor analisa tendências da discussão teórica que trata da avaliação/qualidade na Educação Superior a partir de quatro enfoques teóricos, para depois analisar o atual sistema nacional de avaliação.

O primeiro enfoque abrange a perspectiva conceitual nas dimensões da qualidade como conceito complexo e multidimensional e as dicotomias entre as dimensões qualitativo/quantitativo, produtos/processos e eficácia/ eficiência, na discussão conceitual sobre a qualidade do Ensino Superior. O segundo trata da avaliação na concepção sistêmica, destacando a complexidade para a proposição de um sistema de avaliação generalizado e a necessidade de construção de indicadores quantitativos que permitam comparabilidade. No terceiro enfoque, o autor discute a avaliação institucional, que tende a valorizar as informações mais subjetivas e qualitativas e os aspectos processuais e, no quarto enfoque, apresenta a discussão mais específica voltada aos indicadores da qualidade na avaliação.

Conforme Burlamarqui (2008), o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), à luz dos diferentes enfoques teóricos, mostra-se abrangente e

adequado à noção de complexidade, debatida no âmbito da qualidade. Entretanto, o autor aponta algumas necessidades de aprimoramento, em especial em relação ao ENADE.

O autor reconhece a vantagem dos exames, tanto pela possibilidade organizativa do sistema, dada a amplitude e heterogeneidade brasileira, quanto pela necessidade de medidas de resultado em relação ao alcance de objetivos e informações que dêem maior racionalidade na tomada de decisões. Por outro lado, sinaliza para o perigo de dar-se um peso excessivo a um indicador (neste caso, o exame), eliminando particularidades e potencialidades contextuais e regionais. Assim, ao lado de um sistema complexo de avaliação que inclua as particularidades regionais “(...) Torna-se necessário um método objetivo, baseado em informações que possam ser levantadas com agilidade. Nisso, temos muito no que avançar.” (BURLAMARQUI, 2008, p. 150).

Os artigos estudados permitem verificar um momento de profícua produção a respeito da avaliação na Educação Superior, dentro de uma perspectiva histórica, reflexiva e crítica. Acompanhando diferentes contextos e em diferentes tendências teóricas, a temática da avaliação, como comentado no início, se

inscreve no movimento histórico de mudanças na Educação Superior brasileira.

Em um cenário internacionalmente marcado por novas demandas, pressões e desafios institucionais de diferentes ordens, se aprofundam a importância do crescente interesse acadêmico sobre o assunto e a participação efetiva de docentes, pesquisadores e gestores na produção de conhecimento que sinalize, explicita e questione as possibilidades, os limites e as intencionalidades das diferentes abordagens e finalidades da avaliação.

#### **4 Avaliação na Educação Superior: Objetos de Pesquisa**

A avaliação vem sendo, nas últimas décadas, tema de destaque no amplo processo de reforma da educação brasileira. O debate acerca da importância da avaliação no sistema de Educação Superior, bem como as formas para sua implementação e regulamentação já eram discutidos nos anos 1980. Tais discussões foram introduzidas, em âmbito científico e acadêmico, objetivando encontrar um entendimento e uma crítica de modo a estabelecer padrões de qualidade à Educação no país.

Nos anos 1990, a disputa em torno de diversas concepções de avaliação se intensifica e ocorre a implementação pelo poder público de sistemas nacionais de

avaliação visando medir se o sistema de educação está atingindo seus objetivos (OLIVEIRA, 2000; CURY, 1998).

Nessa direção, propostas à Educação Superior e de avaliação foram implementadas, tais como: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em 1983; o relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior: Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira, em 1985; o Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) em 1986; o documento da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993; o Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou conhecido como Provão, em 1995; e, por fim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, em 2003 e 2004 (INEP, 2002).

Além dessas implementações, trabalhos científicos acerca da avaliação vêm sendo desenvolvidos, que envolvem avaliação docente, discente, institucional, entre outros objetos de pesquisa. Dentre os diversos trabalhos publicados, apresentam-se os que compõem esta categoria e seguem a seguir.

A partir de uma análise teórica, Garcia (2009), em seu artigo *Avaliação e*

*aprendizagem na educação superior*, procura discutir a relação entre avaliação e aprendizagem no Ensino Superior, destacando as práticas avaliativas utilizadas pelos professores na graduação e como estas influenciam no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Garcia (2009) relaciona a avaliação a duas abordagens de aprendizagem: a superficial e a profunda. A abordagem superficial corresponde aquela em que o aluno tem atitude passiva de aceitação das informações, realiza memorização de conteúdos desarticulada da compreensão efetiva daquilo que foi estudado. A prática avaliativa dessa abordagem é diretiva, a qual faz uso de perguntas com respostas objetivamente articuladas. A abordagem profunda envolve dedicação efetiva de estudo e compreensão de conceitos e fundamentos, exigindo reflexão e análise crítica daquilo que foi estudado, priorizando a autonomia dos estudantes, os processos interpretativos e a elaboração conceitual, exigindo deles mais que memorização.

Se por um lado Garcia (2009) escreve sobre os processos avaliativos em sala de aula, por outro se tem a questão da formação dos professores. Acerca desta, Maués (2009) em seu artigo *Regulação educacional, formação e trabalho docente*, aponta as reformas do Sistema Educacional,

abarcadas de mecanismos estratégicos capazes de garantir o atendimento às metas e aos resultados prospectados para o novo modelo de escola, na qual o fracasso ou sucesso dos alunos reflete a qualidade do trabalho e da competência do professor.

As políticas educacionais e as regulamentações estabelecidas, sustentadas pelo discurso de uma educação de qualidade, encaminham o trabalho docente a uma flexibilização, esta aderente ao modelo econômico globalizado, que pode implicar fato, em sua precarização.

Com base nas novas regulamentações que pautam sobre a formação docente e o Sistema de Educação, o professor se torna responsável, entre outras questões, pela sua formação continuada, pelo resultado do processo de ensino e aprendizagem obtido pelos seus alunos, pelo sucesso ou fracasso da instituição ao qual se encontra vinculado. E tudo é avaliado pelos diversos Sistemas de Avaliação definidos pelo Estado que, segundo Maués (2009), deveriam considerar aspectos de ordem estrutural e correlatos que interferem no trabalho do professor e, conseqüentemente, nos resultados apresentados por este trabalho.

Ao encontro da avaliação na formação docente tem-se a avaliação na pós-graduação, a qual é conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES). A esse respeito Cury (2010), no artigo *O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação*, argumenta que é necessário fazer uma reflexão sobre os pontos positivos e negativos dos aspectos marcantes da pós-graduação no Brasil. Para o autor há uma imagem de que os textos produzidos cientificamente tenham o caráter de facilitários, concentrando a avaliação em quesitos a serem preenchidos pelos programas.

O exercício do caráter analítico, dos múltiplos olhares sobre a educação e das verdades conhecidas e ainda não vistas, circulam em revistas e materiais afins. A pós-graduação tem tido uma diversidade que anima, graças ao princípio da pluralidade, consolidando aspectos epistemológicos, metodológicos e didáticos. No aspecto crítico, ousa, no sentido de refletir sobre as políticas, sendo crítico e oferecendo elementos para novas incursões no campo empírico, através do espírito crítico, que olha para a realidade e reflete, sob o crivo do pesquisador, um conteúdo de ciência para ocasionar uma mudança significativa no campo da sociedade.

Diante disso, é possível perceber que nesta busca pela verdade, ao olhar para um sistema nacional de pós-graduação, é possível entender que é dever do Estado garantir um “padrão de qualidade na

oferta” da pós-graduação como também na Educação Superior. Assim, as motivações e efeitos de uma avaliação no Ensino Superior requerem atenção.

Nesta direção, Gama (2010), em *Avaliação das Instituições Públicas de Ensino Superior: direções e interesses subjacentes*, desenvolve sua pesquisa em duas Instituições de Ensino Superior públicas do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), identificando que a relevância maior na ação avaliativa está no levantamento e consequente aproveitamento dos recursos materiais que a universidade dispõe.

A autoavaliação, porém, demandada pelo governo federal, deveria levar em conta e buscar, segundo o pesquisador, uma harmonia de desempenho sob outros aspectos, tais como: a possibilidade de que cada professor e técnico administrativo possam além de atenderem na perspectiva da coletividade, voltar-se ao seu próprio fazer. Isso significa dizer que o indivíduo necessita ser reconhecido na sua especificidade, nas relações e condições em que se constituem como agentes interventores no contexto universitário, pois esse indivíduo é quem contribui na produção das significações que posteriormente serão alvo das avaliações

institucionais. Entretanto, “a avaliação tem sido aceita e aplicada indiscriminadamente como se não houvesse necessidade de apreender e interpretar determinados aspectos e valores que difunde e, tampouco, de ser problematizada e bem compreendida” (GAMA, 2010, p. 36).

Os estudos de Oliver (2010), no artigo *Avaliação Institucional: uso de abordagens diversificadas de pesquisa*, voltados à autoavaliação institucional, identifica e descreve as estratégias utilizadas por uma faculdade para realizar essa avaliação, com base no proposto pelas dez dimensões estabelecidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A autora acompanhou o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA), detectando instrumentos de coleta de dados para cada uma das dimensões.

A autora descreve os procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos feita pela CPA de uma faculdade. Propõe, ainda, uma metaavaliação, na qual relata dificuldades e sugere melhorias no processo. Nas considerações finais, Oliver (2010) expõe um quadro com os dados coletados por dimensões, que são de caráter qualitativo, quantitativo ou ambos.

Catunda (2010), em sua pesquisa, *Ampliando o Conceito de Competência: contribuições às políticas públicas de certificação*

*de competências*, não aborda a avaliação diretamente, mas faz uso de resultados dela em seu estudo. Neste, o autor relata uma investigação que aborda a relação entre dois conceitos de competência relacionados a diretores de escolas e a proficiência em português de seus estudantes.

A competência do diretor de escola foi abordada sob dois enfoques: o primeiro está relacionado ao modelo funcional de análise de competência; o segundo enfoque está baseado no modelo construtivista de análise de competências.

Quanto ao desempenho dos alunos, o autor considerou o percentual médio de proficientes em português, da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, obtidos através de dados das avaliações externas do ensino, realizadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e financiado pela Secretaria de Educação (SEC), de 1999 a 2004.

Os resultados encontrados mostram que as relações entre a dimensão construtivista do conceito de competência do diretor escolar com o desempenho escolar dos estudantes são mais intensas e significativas que as relações estabelecidas com a dimensão funcional.

Observa-se nos trabalhos apresentados até aqui que a questão da avaliação em Educação pode ser percebida e estudada sob diferentes olhares e

abordagens, ou seja, a avaliação permeia o universo docente, discente e institucional. Todos fazem parte do processo avaliativo, ora como avaliadores, ora como avaliados. Isso implica dizer que a universidade, além de ocupar-se com a teoria de avaliação institucional e sua aplicação por meio de leis, necessita acompanhar a avaliação com análises críticas capazes de captar o autêntico significado de avaliar, isto é, considerar a sociabilidade e a relacionalidade como estrutural e estruturante dentro do processo avaliativo (GAMA, 2010).

## **5 Avaliação na Educação Superior: Metodologias**

Frente à intensificação dos debates em torno da qualidade da educação nos mais diversos níveis e modalidades de ensino, a avaliação consolida-se entre as mais significativas modificações no cenário educacional, nos últimos anos. Seguindo uma forte tendência internacional, essa realidade impacta fortemente sobre a organização e sobre o planejamento das metas governamentais relacionadas à educação brasileira, a qual passa a utilizar massivamente alguns indicadores quantitativos voltados ao diagnóstico do sistema educacional, em diversos âmbitos.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou e implementou, principalmente à partir de 2005, uma série de instrumentos avaliativos aplicados a distintos níveis educacionais, tais como: a *Provinha Brasil*, voltado à alunos do segundo ano da Ensino Fundamental, a *Prova Brasil*, realizado com estudantes do quarto e quinto ano do Ensino Fundamental e da terceira série do Ensino Médio, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (EMEM), o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes de Graduação (ENADE), entre os principais parâmetros utilizados pelo MEC/INEP.

Entretanto, no conjunto de trabalhos presentes na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), provenientes de teses e dissertações, portanto, de pesquisas discentes, o estudo de Barreto (2009), *Perspectivas Teóricas e Metodológicas da Pesquisa em Política Educacional na Atualidade*, ao analisar sobre as influências teóricas e a tradição de análise sobre políticas públicas, apresenta a predominância de pesquisas amparadas pela ideologia marxista. Considera que as pesquisas, de uma forma geral, são demandadas de acordo com o governo instalado e por esse motivo refletem

questões, se debruçam sobre programas de governo com menor perenidade de interesse, constituindo-se, basicamente, enquanto mecanismos que validam e convalidam a formulação das políticas. Depreende-se do texto dessa autora que, a falta de constância das políticas públicas educacionais brasileiras, decorre do fato de serem projetos político-partidários e/ou de interesse pessoal, e não projetos de país. Os projetos têm o comprometimento da gestão que os implementam, e não das partes interessadas.

Dentre as questões abordadas no texto de Barreto (2009), duas dizem respeito à grande dispersão dos objetos de estudo apresentados nas pesquisas sobre esse tema, prejudicando uma análise mais densa sobre temáticas relevantes e também o número majoritário de pesquisas com abordagens microsociais, ou seja, do tipo estudo de caso, sendo extremamente raro detectar pesquisas que utilizem amostras estatisticamente representativas. Um dos motivos que pode esclarecer esta situação, segundo essa autora, é a manutenção da influência das teorias críticas, datadas da época do regime militar, sobre os pesquisadores na atualidade. As pesquisas refletem uma maior preocupação em apresentar e argumentar o discurso ideológico que sustenta as políticas públicas educacionais do que avaliar seus impactos,

seus resultados e suas possibilidades a partir da adoção de um plano de melhorias.

Segundo Gatti (2004), a pesquisa em Educação tem se caracterizado pela predominância de abordagens qualitativas, sendo escasso o emprego de metodologias quantitativas. Entretanto, a mesma autora salienta que “os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais” (p. 13) e que, “sem dados de natureza quantitativa, muitas questões educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas.” (p. 26).

Ao encontro das ideias de Gatti (2004) tem-se os estudos de Andriola (2009) em *Psicometria Moderna: características e tendências*, no qual o autor destaca os supostos da Teoria da Resposta ao Item (TRI), para qualificar as avaliações empregadas no sistema educacional. Sobre a realidade brasileira, o autor menciona a carência de conhecimento acerca da Psicometria e sobre a pesquisa quantitativa em contextos educativos.

Barreto (2009), a exemplo de Gatti (2004) e Andriola (2009), considera que a prevalência de abordagens qualitativas e a pulverização dos estudos, encaminham a impossibilidade de sistematização dos resultados obtidos por estes estudos,

constatando um ambiente não propício a metodologias que possam comparar e avaliar os resultados dessas pesquisas, tornando-as menos complexas. Com isto, as pesquisas tendem a causar menos impacto do que as políticas educacionais, pois estas consideram aspectos que transcendem os elementos acadêmicos. E, dessa forma, as macrodecisões sobre as políticas educacionais são tomadas com base em referenciais que provêm, frequentemente, de outros campos do saber.

Na reconfiguração do Estado em que se encontram os elementos-chave da trilogia mercado, gestão e a performatividade, depara-se o cenário brasileiro com discursos educativos descolados da realidade da educação nacional ou local. As pesquisas em educação precisam, de forma mais frequente, utilizar abordagens quantitativas ou a combinação desta com as qualitativas, de forma a propiciarem um conjunto de indicadores que possam refletir, em seu acompanhamento, melhores resultados quando da aplicação dos Sistemas de Avaliação Educacional.

## **6 Considerações Finais**

No Brasil e no mundo observam-se várias tendências para delimitar a qualidade da Educação Superior. O fato é que os movimentos avaliativos são compostos pelas diferentes concepções, dependendo das

políticas governamentais, do nível de consciência da comunidade universitária e, também, do momento histórico. Para Morosini (2009, p. 184): “A certeza que temos é que a qualidade é um construto imbricado no contexto das sociedades e consequentemente nos paradigmas de interpretação da sociedade e do papel da Educação Superior na construção de um mundo melhor e, me atrevera a dizer, sustentável”.

A partir da análise dos artigos dos quais emergiram as categorias discutidas neste estudo, a saber, *Avaliação na Educação Superior: Enfoques Teóricos*, *Avaliação na Educação Superior: Objetos de Pesquisa* e *Avaliação na Educação Superior: Metodologias*, tornou-se possível compreender melhor as influências, as demandas e os movimentos subliminares ocorridos na instalação de um processo avaliativo.

Os artigos estudados na categoria Enfoques Teóricos se comunicam na perspectiva das reflexões sobre as concepções e as práticas na implantação e desenvolvimento do atual sistema de avaliação no Ensino Superior brasileiro. Da mesma forma, abordam necessidades de aprofundamento da compreensão sobre a complexidade de variáveis que constituem o processo de avaliação. Nesse sentido, convocam tanto a qualificação dos instrumentos já criados, quanto à ampliação

de instrumentos e índices que possam dar conta das dimensões mais subjetivas e qualitativas abarcando as particularidades regionais, contextuais e culturais de cada realidade.

Das teorias que discutem a avaliação da Educação Superior no Brasil depreende-se que estas se encontram pautadas pelas políticas econômicas que buscam favorecer e/ou promover a internacionalização das instituições de Ensino Superior. Com isto, há a necessidade da construção de um arcabouço teórico, metodológico que propicie a reconstrução de indicadores quantitativos e qualitativos visando o acompanhamento dos resultados e reflexos das reformas na Educação Superior brasileira. Assim, os sistemas avaliativos podem ganhar maior consistência na apresentação dos seus resultados e com isto obter junto à sociedade e, principalmente, seus públicos de interesse maior credibilidade e confiabilidade, sendo estes fatores essenciais em uma gestão de qualidade.

Em relação à segunda categoria, Objetos de Pesquisa, a construção do conceito, da prática e da reflexão sobre uma educação de qualidade é permeada por uma complexidade que exige realização de pesquisa sobre todos os segmentos e os aspectos que constituem os processos de ensino e de aprendizagem. A avaliação,

desde as questões relativas à infraestrutura das instituições de ensino, a formação e o desenvolvimento das competências e habilidades da comunidade acadêmica, as políticas didático-pedagógicas, a construção e reforma dos currículos até os resultados apresentados pelos processos de aprendizagem, precisa ser orientada por indicadores que possibilitem a implementação de melhorias em prol do fortalecimento da qualidade da Educação Superior. Os resultados das avaliações são os meios pelos quais este fortalecimento torna-se possível.

O exercício do caráter analítico, dos múltiplos olhares sobre a educação e das verdades conhecidas e ainda não vistas circulam em revistas e materiais afins, revelando uma diversidade e pluralidade animadoras e a consolidação de aspectos epistemológicos, metodológicos e didáticos, no âmbito da Pós-Graduação. A Pós Graduação ousa ao refletir sobre as políticas e oferecendo elementos para novas incursões no campo empírico, através do espírito crítico, que olha para a realidade e reflete, sob o crivo do pesquisador, um conteúdo de ciência para ocasionar uma mudança significativa no campo da sociedade.

Tomando como base o desenvolvimento educacional brasileiro, desde o acesso à permanência nas

instituições de ensino, neste caso o superior, é relevante a adoção de sistemas de controle do local da oferta, bem como do que está sendo ofertado nisto que vem a promover o desenvolvimento de uma sociedade, que é a educação. Porém, assim como se deve analisar o processo da aprendizagem (em relação aos alunos), deve-se manter o foco destas avaliações das instituições de Ensino Superior também no processo que constitui a universidade como tal, neste caso em como a ação torna-se pesquisa e retorna em ação. Se fossemos usar um esquema, poderíamos propor: ação-pesquisa-reflexão-ação.

Na última categoria, Metodologias, é importante considerar que a proposta metodológica para avaliar as políticas públicas educacionais deveria articular propósitos sociais e propósitos econômicos, situando-as no conjunto das políticas sociais contemporâneas e apropriando-se de conceitos e teorias do campo das ciências políticas, pois com isto, a interpretação dos processos e efeitos dessas políticas se alargaria e não se tornaria restrita e refém de uma única teoria.

É relevante consolidar uma política de avaliação dirigida à realidade que se propõe avaliar, oportunizando a melhora da qualidade de ensino e apresentando significado para o avaliador e para o avaliado, abrindo a participação para todos os segmentos acadêmicos e órgãos estatais,

envolvendo os públicos interessados para melhor construir ou reconstruir um sistema que atenda realmente as demandas de cada momento.

Percebe-se, assim, a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a complexidade de variáveis que constituem o processo de avaliação, buscando tanto a qualificação dos instrumentos já criados, quanto a ampliação de instrumentos e índices que possam dar conta das dimensões mais subjetivas e qualitativas, abarcando as particularidades regionais, contextuais e culturais de cada realidade, na Política e no Sistema de Avaliação da Educação Superior Brasileira.

Durante o estudo realizado com base em diferentes autores, conclui-se, à luz das ideias de Bittar (2008), que ainda permanecem muitos desafios a serem enfrentados na definitiva implantação de um sistema de avaliação na Educação Superior brasileira como a permanência do estudante, a democratização no acesso, a implementação e consolidação de uma política de avaliação que seja dinâmica e atenta às verdadeiras necessidades da sociedade, contribuindo para a diminuição das desigualdades.

Concluindo, a adoção da metodologia *white paper* além dos aspectos já sinalizados na apresentação deste trabalho, propiciou aos alunos vivenciarem o grande desafio de

uma escrita coletiva: o acolhimento de argumentos apresentados nos diálogos estabelecidos entre esses estudantes, em caráter de consenso. Isto implica muitas vezes na aceitação da escrita do outro que apresenta o assunto em cena com tal adequação e concisão que as demais idéias se submetem a essa escrita.

O exercício do diálogo e da busca de consensos exigiu abertura para a escuta de todos os envolvidos na construção do trabalho, tolerância para lidar com os diferentes ritmos, respeito às diferentes linguagens e ideias divergentes. Junto a isso, a possibilidade de construir o trabalho com profissionais de várias áreas de conhecimento propiciou olhares interdisciplinares, provocando debates significativos, ampliando a visão sobre um mesmo tema.

Para aqueles que tiverem a oportunidade de utilizar a metodologia *white paper*, recomenda-se o uso de ferramentas tecnológicas adequadas para produção textual coletiva que permitam, além da interatividade, a percepção da construção em sua dinâmica real.

### Referências

ANDRIOLA, Wagner B. *Psicometria Moderna: características e tendências. Estudos em Avaliação Educacional*, v. 20, n. 43, mai/ago. 2009.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículos sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Perspectivas Teóricas e Metodológicas da Pesquisa em Política Educacional na Atualidade. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, n. 44, set./dez. 2009.

BITTAR, Mariluce. ; MOROSINI, Marília C. Avaliação da Educação Superior no Brasil: política pública e qualidade da educação [Evaluación de la Educación Superior en Brasil: política pública de estado y calidad de la educación]. In: **Seminario Taller Internacional de Evaluación y Acreditación. Aportes para pensar La Educación Superior del Ecuador**, 2008, Quito. Anais..., 2008. v. 1. p. 1-26.

BURLAMARQUI, Marco Aurélio Bravo. Avaliação e Qualidade na Educação Superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, SP, v 19, n 39, p. 133-154 jan/abr 2008

CATUNDA, Arturo Cavalcanti. Ampliando o Conceito de Competência: contribuições às políticas públicas de certificação de competências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 107-126, jan./abr. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Reforma universitária na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.101, p. 3-19, 1998.

\_\_\_\_\_. O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 43, p. 162-201, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

GAMA, Zacarias. Avaliação das instituições públicas de ensino superior: direções e interesses subjacentes. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 33-44, jan./abr. 2010.

GARCIA, Joe. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p.201-213, maio/ago.2009.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GRAHAM, Gordon; GORDON, Manuel. **The art of the White Paper**. Julho de 2003. Disponível em: <[www.gordonandgordon.com/downloads.html](http://www.gordonandgordon.com/downloads.html)> Acesso em 19 de aut. 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Síntese - Provão 2002. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/superior/prova\\_o/sintese/2002/capitulo1.htm](http://www.inep.gov.br/superior/prova_o/sintese/2002/capitulo1.htm)> Acesso em: 27 de abr. de 2009.

KROTSCH, Pedro. Educación superior y reformas comparadas. Buenos Aires. Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

LEITÃO, Thiago et al. Análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação do ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 87-106, 2010.

MAUÉS, Olgaíses. Regulação Educacional, Formação e Trabalho Docente. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, n. 44, p. 1-20, 2009.

MARTINS, Giselle Cristina. **Impactos da política de avaliação na educação superior brasileira: um foco na questão da qualidade real.** Disponível em: < [www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-4102--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-4102--Int.pdf) > Acesso em: 11 set. 2010.

OLIVEIRA, R. P. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. (orgs.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVER, Ana Cristina. Avaliação Institucional: uso de abordagens diversificadas de pesquisa. In: **Estudos em Avaliação Educacional.** v. 31, n. 45, p. 13-32. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/pesquisa/actions.actionsEdicoes.BuscaUnica.do?codigo=1553&tp\\_caderno=1](http://www.fcc.org.br/pesquisa/actions.actionsEdicoes.BuscaUnica.do?codigo=1553&tp_caderno=1)> Acesso em: 15 ago. 2010.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 12, p. 133-144, mar. 2007.

STELZNER, Michael A. **Writing White Papers.** How to capture readers and keep them engaged. Estados Unidos: Publisher's Cataloging-in-Publication data, 2007.

WILLERTON, David Russell. **Ethos and exigence:** white papers in high-tech industries. Doctoral dissertation, Texas Tech University, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2346/1216>>. Acesso em: 19 de out. 2010.

*Artigo submetido em dezembro de 2010.*

*Aceito em março de 2011.*